



PERCEPÇÕES DE POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL: ESTUDO COM ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Cleidiane da Silva Oliveira¹

Sônia Bessa²

Resumo

Esse relato apresenta resultados de investigação com 35 estudantes da Educação de Jovens e Adultos – EJA, com o objetivo de analisar e identificar as representações de pobreza, e desigualdade socioeconômica. Utilizou-se entrevista clínica individual e para a análise dos resultados utilizou-se os níveis propostos por Denegri (1997). Os resultados apontaram que menos de 10% dos estudantes dessa investigação estavam no nível de pensamento desejado, mais de 90% apresentaram defasagens na compreensão dos fenômenos econômicos e sociais. Mesmo provenientes de diferentes meios culturais e socioeconômicos os indivíduos elaboraram explicações similares e comuns para a pobreza e desigualdade social. Alguns índices apontaram que estudantes inseridos no mercado de trabalho apresentaram melhores resultados. No contexto brasileiro com tantos problemas de ordem econômica e financeira esse é o tipo de resultado que preocupa e impulsiona a proposição de programas de educação econômica e financeira, que apresente estratégias e busque soluções.

Palavras-chave: pobreza, desigualdade, mobilidade social, adolescentes.

Introdução

Podemos pensar a desigualdade social como sendo algo histórico, que sempre existiu e que afeta vários países, em especial aqueles que não são desenvolvidos. Para falar de desigualdade social é necessário primeiramente Intende-la, e quais são as causas desse fenômeno tão difundido entre todos os povos. Para estudiosos como Euzébios Filho, A. & Guzzo, R. S. L. (2007), Freire, P (1989), Euzébios Filho, A. (2007) este fenômeno é decorrente da má distribuição de renda, a má distribuição dos recursos, o mercado capitalista, a corrupção, o desemprego, dentre vários outros fatores que contribuem para o

¹ Acadêmica do 8º período do curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Goiás. E-mail: cleidiane0917@gmail.com

² Doutora em Educação. Profa. da Universidade Estadual de Goiás – Campus Formosa. Email: soniabessa@gmail.com

desfavorecimento de uma grande parcela da sociedade que por sua vez, sofre com os efeitos.

O relatório Oxfam Brasil (2017), intitulado “A distância que nos une: um retrato das desigualdades brasileiras” faz a seguinte afirmação: “a desigualdade não é inevitável e que antes de qualquer coisa, é produto de escolhas políticas injustas que refletem desigual distribuição de poder nas sociedades”. Portanto o fator desigualdade pode ser entendido como o mau direcionamento que os poderes públicos tomam em relação ao país.

Desigualdade social e pobreza são dois fenômenos indissociáveis e atingem milhões de pessoas em todo o mundo. O relatório Oxfam Brasil (2017), supra citado informa que 700 milhões de pessoas vivem com menos de 1,9 dólares por dia e apenas oito pessoas detêm o mesmo patrimônio que a metade mais pobre da população do planeta. Neste momento, o 1% mais rico da população mundial possui a mesma riqueza que os outros 99%, e apenas oito bilionários possuem o mesmo que a metade mais pobre da população do planeta. A desigualdade se manifesta em diferentes nuances, podem ser citadas como, o acesso dos direitos de votos, questões regionais, educação de qualidade, saúde, transporte, relações de gênero, desigualdade racial, de classes e outras.

Por outro lado, a pobreza é a realidade de mais de 700 milhões de pessoas no mundo. Trata-se de uma situação extrema. A desigualdade e a pobreza não são inevitáveis. São, produtos de escolhas políticas injustas que refletem a desigual distribuição de poder nas sociedades. Mudar essa realidade requer novas escolhas políticas, reiteradas ao longo do tempo, e sustentadas por uma sociedade com igual acesso à democracia (OXFAM BRASIL 2017, p. 8).

Segundo projeções do Banco Mundial, entre 2010 e 2030, ainda que os 40% mais pobres tenham um incremento de renda 2% acima da média geral anual, restariam em todo o mundo cerca de 260 milhões de pessoas abaixo da linha da pobreza. Reside aqui o tamanho do desafio para a próxima década: fazer com que os mais pobres se apropriem das maiores parcelas de crescimento econômico, reduzindo o abismo que divide sociedades e compromete democracias no mundo.

O Brasil atualmente figura entre os países mais desiguais de todo o mundo em especial quanto a desigualdade social. Segundo Melsert e Bock, (2015, p.775)

A desigualdade social é uma das marcas mais fortes da sociedade brasileira, tendo se constituído historicamente desde o tempo da colonização (CAMPOS et al. 2004; MEDEIROS,2005). Apesar de, desde 2004, assistirmos a uma redução da extrema pobreza e da desigualdade de renda no país, o Brasil ainda é um dos países com maiores índices de desigualdade social no mundo e ainda permanece grande a disparidade entre a renda concentrada nas mãos das camadas com os rendimentos mais altos e mais baixos do país.

Ribeiro e Menezes (2008) afirmam que a pobreza é uma determinante na estrutura da desigualdade brasileira, tanto na distribuição de renda como de oportunidades de inclusão econômica e social. O que gera pobreza no Brasil não é a falta de recursos, mas a má distribuição dos recursos existentes.

A pobreza no Brasil pode estar associada, de modo alternativo, ao fato de os países do mundo, em seu conjunto permanecerem, relativamente pobres, significando que estar entre os mais ricos não impede a existência de uma severa escassez de recursos, ou ao fato de o Brasil apresentar um elevado grau de desigualdade na administração dos recursos. (BARROS, HENRIQUES, MENDONÇA, 2001. P.6).

Ribeiro e Menezes (2008) mencionam o fato de que enquanto a população pobre brasileira representa cerca de 30% da população total, nos países de renda per capita similar à brasileira este valor corresponde a menos de 10%. É “um elevado grau de desigualdade na distribuição dos recursos nacionais. [...] na comparação com os demais países, a sociedade brasileira apresenta um dos graus de pobreza mais elevados do mundo” (p.46).

A questão econômica está entre os principais focos de discussão em temas políticos. Deste modo podemos colocar em discussão a desigualdade econômica, segundo Piketty (1997/2014), a desigualdade é alargada em duas classes sociais opostas, são elas: os capitalistas e os proletariados, ou seja, é dividida entre aqueles que muito detêm o poder econômico e entre aqueles que pouco possui.

Assim sendo, Marx (1818/1883) afirma que, “a sociedade inteira vai se dividindo cada vez mais em dois grandes campos inimigos, em duas grandes classes diretamente opostas entre si: burguesia e proletariado”. (p.40)

Nessa perspectiva, a desigualdade econômica pode ser pensada como uma rivalidade entre duas classes sociais, onde uma é privilegiada pelo sistema capitalista e a

outra sofre com diversos fatores que as dificultam a ter uma perspectiva melhor de vida, como por exemplo, falta de emprego, serviços mal remunerados e etc.

Mediante dados alarmantes da pobreza e desigualdade social no Brasil e no mundo, torna-se patente a necessidade de um esforço conjunto da sociedade em geral para combater essas mazelas. Mas o que pensam as pessoas sobre pobreza e desigualdade? Como se relacionam com esses fenômenos? Que soluções apresentam para a pobreza? Como caracterizam pobreza e desigualdade social?

Delval (2012) afirma que em torno dos aspectos – política e economia – giram os principais problemas da sociedade. Quando fala de problemas econômicos esse autor elenca temas como o uso do dinheiro, a desigualdade social, e a mobilidade socioeconômica.

Para Delval (2012), a criança vai elaborando explicações sobre como e por que as coisas acontecem de determinada maneira e sobre o funcionamento dos sistemas sociais. Posteriormente as explicações incidem sobre as normas e valores e estes reorganizam quando alcançam um maior grau de compreensão proporcionam as normas e valores um novo sentido, permitindo inclusive duvidar dos seus fundamentos.

Todos constroem ao longo da vida representações do funcionamento dos sistemas econômicos, mas para que isso ocorra de fato é necessário que o mesmo disponha de informações e experiências sobre a vida e a atividade do sistema social.

Esse estudo tem por objetivos averiguar quais as representações de pobreza, mobilidade social e desigualdade social e econômica de adolescentes da Educação de Jovens e adultos.

Metodologia

Essa é uma pesquisa de natureza quantitativa e qualitativa com desenho descritivo. Foi constituída amostra de 35 estudantes Educação de Jovens e Adultos do período noturno, de nível sócio econômico baixo da rede municipal de Formosa-GO. Foram 18 estudantes do sexo feminino e 17 do sexo masculino. Quanto à idade dos participantes, 24 deles estão na faixa entre 16 a 25 anos de idade; 6 estão na faixa dos 27 a 36 anos de idade; e 5 tem mais de 37 anos de idade. 8 são casado, 1 divorciado e 26 se declararam solteiros. Quanto a renda familiar dos pesquisados, 30 dos participantes tem uma renda

familiar mensal de 1 a 3 salários mínimos e os outros 5 recebem entre 3 a 5 salários mínimos. Sendo assim, é possível afirmar que grande parte dessas pessoas recebe um valor mensal consideravelmente baixo, por tal motivo estão classificados como pertencentes ao nível socioeconômico baixo. 5 se encontram no momento desempregados, 13 se designam apenas como estudantes e 17 se encontram empregados em setores de serviços.

Como instrumento para verificar as representações foi utilizada entrevista clínica criada por Denegri (1997), dividida em três partes: a primeira se refere a caracterização de ricos e pobres, descrição, tipo de trabalho, classe social. A segunda refere-se ao processo de mobilidade social, mobilidade socioeconômica e as causas da desigualdade social, e a terceira faz referencia as causas e possíveis soluções da pobreza e desigualdade social.

Todas as entrevistas foram realizadas individualmente nas instituições de ensino dos estudantes. Cada entrevista foi transcrita em forma textual, e se obteve um protocolo para análise posterior.

Resultados e Discussão

Essa investigação teve como objetivo verificar as representações de pobreza e desigualdade social de estudantes da EJA de instituição pública noturna. Após a coleta de dados foi feita a classificação de todas as respostas tendo como referência os níveis propostos por Denegri (1997-1998), considerando-se as variáveis, idade, sexo, nível socioeconômico e tipo de curso dos estudantes. Os dados foram analisados de forma quantitativa com a utilização do programa estatístico SPSS-22.0 e qualitativamente através da análise de conteúdo das respostas dos estudantes.

Para avaliar o nível de compreensão acerca da pobreza, desigualdade e mobilidade social, Denegri et al. (1998) adotou quatro níveis (quadro 1), através dos quais os estudantes vão evoluindo na compreensão cada vez mais complexa do sistema social em que estão inseridos e quais são as causas e explicações para os muitos fenômenos verificados.

Quadro 1 – Níveis de pobreza, desigualdade social e mobilidade econômica.

NIVEL IA	Explicações com elementos fantásticos e anedóticos, baseados na intuição e na aparência; Não tem compreensão dos processos temporais e nem das mudanças sociais; Não percebe os contrastes intermediários, se fixa nos extremos;
----------	--

	<p>A riqueza se obtém de forma rápida, não percebe os obstáculos e problemas da realidade externa;</p> <p>Qualquer trabalho serve para ganhar dinheiro e ficar rico. Não percebem a relação entre os tipos de trabalho e a remuneração;</p> <p>Não consegue dar explicações para a desigualdade social;</p> <p>A solução para a pobreza depende de caridades e doações.</p>
NIVE IB	<p>Desaparecem as respostas fantásticas e anedóticas, mas persistem concepções pouco realistas;</p> <p>A riqueza se obtém pelo trabalho, mas pode ser uma herança, ou sorte na loteria;</p> <p>Associação simplista entre trabalho e remuneração, crer que quanto maior a quantidade de trabalho maior será a remuneração. Ganha bem quem trabalha muito;</p> <p>A pobreza e a melhoria econômica depende unicamente da vontade individual de mudar, se atribue mais importância a ação própria que as restrições da realidade, se não melhorou de vida é porque não se esforçou o bastante;</p> <p>Começa a perceber a existência de um estrato intermediário no conceito de estratificação social;</p> <p>Para acabar com a pobreza começam a incorporar a ideia de assistência social como algo que depende da vontade de figuras institucionais paternas.</p>
NIVEL II	<p>Ao definir os níveis socioeconômicos incorpora fatores psicológicos e comportamentos que vão mais além dos observáveis;</p> <p>Já tem uma compreensão inicial de mobilidade socioeconômica como um processo que ocorre no tempo e em etapas;</p> <p>Percebe as restrições externas, porém valoriza os esforços individuais;</p> <p>Estabelece relação entre a hierarquia e a remuneração.;</p> <p>Acredita que o esforço individual, e uma boa educação são fatores determinantes para melhorar o nível sócio econômico;</p> <p>O estado é o único responsável para dar soluções para o problema da pobreza, já incorpora a ideia de oportunidades, mas ainda não compreende as ações que impõe obstáculos às mudanças sociais.</p>
NIVEL III	<p>Concepção mais complexa da existência de níveis socioeconômicos;</p> <p>Compreensão da existência de interesses comuns a grupos de indivíduos que dificultam a mudança social. Incorpora a concepção de poder e exploração;</p> <p>A mobilidade social exige oportunidades sociais e qualidades pessoais, é necessária também a força de vontade;</p> <p>A mobilidade social e econômica apresenta muitos obstáculos individuais e sociais às vezes intransponíveis;</p> <p>Estabelece relações entre diferentes sistemas, verifica a existência de desigualdades; como produto de variáveis históricas, econômicas e de relações de poder e dominação;</p> <p>Verificam-se elementos ideológicos que influencia o próprio extrato social a que pertence o que leva a valorização de diferenças para as causas e soluções para a desigualdade social;</p>

	Apresenta valores morais na presença de desigualdades, porém com certo pessimismo social acerca de soluções radicais para os problemas da desigualdade; Incorpora mais claramente a ideia de oportunidades provenientes do setor público e privado, e o interesse de contribuir para a promoção social.
--	--

Fonte: AMAR et al. La construcción de representaciones sociales acerca de La pobreza y desigualdade social em lós niños de La región Caribe Colombiana. *Investigación y desarrollo* vol.9, n.2 pp 592-613. 2001.

Na tabela 2 estão relacionados os níveis encontrados.

Quadro 2 – Níveis de pensamento econômico

Níveis	Frequência	Porcentagem válida
IA	3	8,6
IB	11	31,4
II	19	54,3
III	2	5,7
Total	35	100,0

Fonte: dados organizados pelas pesquisadoras

Analisando a tabela 2 verifica-se que 3 (8,6%) dos indivíduos se encontram no nível IA cujas respostas apresentam explicações com elementos fantásticos e anedóticos, não têm compreensão dos processos temporais e sociais, a riqueza se obtém de forma rápida e não percebem os obstáculos, acreditam que qualquer trabalho serve para ganhar dinheiro e ficar rico e não consegue dar explicação razoável para a desigualdade.

Do total de participantes 11 (31,4%) se encontram no nível IB que correspondem àquelas respostas em que persistem concepções pouco realistas, permanecem crenças de que a riqueza é proveniente do trabalho ou resultado de herança ou sorte ao ganhar na loteria. Essa é uma associação simplista de que ganha bem quem trabalha muito. A meritocracia é valorizada, e a crença de que a mobilidade social depende única e exclusivamente da vontade individual, desconhecem as restrições da realidade, permanece a certeza que se a pessoa não melhorou de vida é porque não se esforçou o bastante. Consideram a existência de uma classe média, e asseguram que para acabar com a pobreza é necessário a ação do estado ou outras figuras paternalistas como a assistência social.

Outros 19 (54,3%) desses estudantes se encontram no nível II de pensamento econômico e apenas 2 (5,7%) se encontram no nível III. Percebe-se então que a maioria dos estudantes está no nível II do pensamento econômico, ou seja, a maioria incorporam fatores psicológicos e começam a compreender melhor as condições de mobilidade socioeconômica, valorizam também o esforço individual e entendem a relação entre hierarquia e remuneração, e acreditam que uma boa educação é essencial para melhorar o nível socioeconômico de um indivíduo, além disso, incorporam a ideia de que somente o estado pode dar soluções para erradicar a pobreza, porém não compreendem os obstáculos que surgem diante das mudanças sociais.

Uma das variáveis considerada foi o gênero conforme pode ser verificado na tabela 3 em que aparecem os níveis de pensamento encontrado e o gênero.

Tabela 3 – Níveis de pensamento econômico quanto ao sexo.

		Níveis de pensamento econômico				Total
		IA	IB	II	III	
Sexo	Masculino	0,0%	14,3%	31,4%	2,9%	48,6%
	Feminino	8,6%	17,1%	22,9%	2,9%	51,4%
Total		8,6%	31,4%	54,3%	5,7%	100,0%

Fonte: dados organizados pelas pesquisadoras.

Verifica-se que nenhum rapaz está no nível IA, e (8,6) pessoas do sexo feminino se encontram nesse nível de pensamento econômico. No nível IB os índices são muito semelhantes (17,1) do sexo feminino e (14,3) do sexo masculino. Não foi encontrada diferença significativa entre homens e mulheres nesse nível.

No nível II (31,4) indivíduos do sexo masculino e (22,9) do sexo feminino. Houve uma diferença em favor dos homens, com um percentual de quase 10% superior para os homens nesse nível.

No nível III considerado o mais evoluído, os resultados mantiveram-se iguais para homens e mulheres com 2,9% para ambos. Esse é um percentual bem elementar.

Tabela 4 – Estado civil: Níveis de pensamento econômico.

		Níveis de pensamento econômico				Total
		IA	IB	II	III	
Estado civil	Casado	0,0%	11,4%	11,4%	0,0%	22,9%
	Solteiro	8,6%	20,0%	40,0%	5,7%	74,3%
	Divorciado	0,0%	0,0%	2,9%	0,0%	2,9%
Total		8,6%	31,4%	54,3 %	5,7%	100,0%

Fonte: dados organizados pelas pesquisadoras.

Na análise de dados dos níveis de pensamento econômico relacionadas ao estado civil verifica-se que apenas 3 (8,6%) dos indivíduos solteiros se encontram no nível IA de pensamento econômico, cerca de 4 (11,4%) de casados, 7 (20,0%), de solteiros e nenhum divorciado se encontram no nível IB.

No nível II, são 4 (11,4%) dos participantes casados, 14 (40,0%), de solteiros e 1 (2,9) dos divorciados se encontram no nível II de pensamento econômico. no nível III todos são solteiros.

Tabela 5 - Níveis de pensamento econômico quanto ao tipo de trabalho.

		Níveis de pensamento econômico				Total
		IA	IB	II	III	
Tipo de Trabalho	Desempregado	2,9%	2,9%	8,6%	0,0%	14,3%
	Estudante	5,7%	5,7%	22,9%	2,9%	37,1%
	Trabalha no setor de serviços	0,0%	22,9%	22,9%	2,9%	48,6%
Total		8,6%	31,4%	54,3%	2,7%	100,0%

Fonte: Dados organizados pelas pesquisadoras.

Em relação aos níveis e o tipo de trabalho, não foi verificada diferença significativa. Estudantes e aqueles que trabalham no setor de serviços estão nos mesmos níveis II e III, somente no nível IB há uma predominância daqueles que trabalham no setor de serviço.

Tabela 6 – Níveis de pensamento econômico quanto a renda familiar.

		Níveis de pensamento econômico			
		IA	IB	II	III
Renda familiar	1 a 3 salários mínimos	5,7%	25,7%	51,4%	2,9%
	3 a 5 salários mínimos	2,9%	5,7%	2,9%	2,9%
Total		8,6%	31,4%	54,3%	5,7%

Fonte: Dados organizados pelas pesquisadoras.

Na renda familiar, verifica-se diferença em relação as demais variáveis. No nível II e IB os índices são bem maiores (51,4% e 25,7% respectivamente) em relação com as pessoas que ganham de 3 a 5 salários mínimos. No nível IA e III não houve diferença, os dados se aproximam como pode ser verificado na tabela 6.

Nem sempre é possível interferir ou promover mudanças no contexto social quando não se compreende os aspectos subjacentes. O enfrentamento das desigualdades é pré-requisito para uma educação integral. Jovens e adolescentes precisam estar conscientes desse enfrentamento, e conhecer as possibilidades de intervenção.

Para Melsert e Bock (2015) as desigualdades sociais brasileiras constituem fenômeno social complexo, que deve ser entendido tanto na sua dimensão objetiva quanto subjetiva. Ao investigar a dimensão subjetiva desse fenômeno, é importante dar visibilidade à presença de sujeitos que não são mera consequência da realidade social desigual, e sim sujeitos ativos, os quais constituem essa realidade e são, simultaneamente, constituídos por ela.

Considerações finais

Somente 5,7% dos estudantes dessa investigação estão no nível de pensamento mais evoluído, mais de 90% deles estão nos níveis mais elementares (IB e II). Os estudantes adolescentes e adultos estão bem abaixo do esperado com defasagem na compreensão dos fenômenos econômicos e sociais. Estudos de Amar et al (2006) com Adolescentes e jovens da Colômbia e Chile apresentaram melhores resultados que os estudantes ora investigados.

São ideias bem simplistas sobre o tema, somente a compreensão da problemática que circunda a pobreza e a desigualdade e dos demais fatores sociais envolvidos nesse contexto poderá contribuir para uma sociedade mais equânime. No contexto brasileiro com tantos problemas de ordem econômica e financeira esse é o tipo de resultado que preocupa e nos impulsiona a propor programas de educação econômica e financeira com início no ensino fundamental e que se estenda ao ensino superior, que apresente estratégias e busque soluções.

Ao concluir essa investigação, verifica-se a necessidade de explorar as formas como as pessoas percebem o mundo, as ideias que tem, e de como percebem a pobreza, mobilidade e desigualdade social. Esse trabalho abre discussões para outras investigações dessa natureza com populações similares no contexto brasileiro com outros grupos e diferentes faixas etárias.

Referencias

AMAR, J.A.; ABELLO, R.; DENEGRI, M. C.; MARTINEZ, M. L.; GOMES, G. J. La construcción de representaciones sociales acerca de La pobreza y desigualdade social em lós niños de La región Caribe Colombiana. *Investigación y desarrollo* vol.9, n.2 pp 592-613. Universidad de norte Barranguilla, Colombia. 2001.

BARROS, R. P.; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R.. A Estabilidade inaceitável: desigualdade e Pobreza no Brasil. *IPEA*, Textos para discussão n. 800, jun. 2001.

DELVAL, Juan. El constructivismo y La adquisición Del conocimiento social. Apuntes de Psicología, universidad córdoba. vol. 30 (1-3), pp 99-109.número especial. 2012.

DENEGRI, M. *La construcción de nociones económicas en la infancia y la adolescencia*. Temuco, Chile: Universidad de la Frontera. 1997.

DENEGRI, M. et al. A. Desarrollo del pensamiento Económico en la Infancia y la adolescencia. *Boletín de investigación Educativa*, 13, 291-308. 1998.

EUZÉBIOS FILHO, A. Consciência, ideologia e pobreza: sociabilidade humana e desigualdade social. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Centro de Ciências da Vida, PUC-Campinas. 2007.

EUZÉBIOS FILHO, A. e GUZZO, R. S. L. A desigualdade social vista por seus atores. In I. O. Dobles, S. B. Arróliga, & V. L. Zuñiga (Eds.), *Psicología de la liberación en el contexto de la globalización neoliberal* (pp. 336-352). San José: UCR. 2007.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1989.

MELSERT, A.L.M.; BOCK A.M.B. Dimensão subjetiva da desigualdade social: estudo de projetos de futuro de jovens ricos e pobres. *Educ. Pesqui.*, São Paulo, v. 41, n. 3, p. 773-790, jul./set. 2015.

OXFAM BRASIL. A distancia que nos une: Um retrato das desigualdades brasileiras. Disponível em <https://www.oxfam.org.br/a-distancia-que-nos-une>, acesso em 27/01/2018.

RIBEIRO, C. O.; MENEZES, R.G. Políticas públicas, pobreza e desigualdade no Brasil: apontamentos a partir do enfoque analítico de Amartya Sen. *Revista Textos & Contextos*. Porto Alegre v. 7 n. 1p. 42-55. jan/jun.2008.

SEVERINO, Antônio Joaquim, 1940 – Metodologia do trabalho científico / Antônio Joaquim Severino. – 23. Ed. Ver. e atual. – São Paulo: Cortez, 2007.

MARX, Karl, 1818-1883. Manifesto do partido comunista/ Karl Marx e Friedrich Engels; tradução de Marcos Aurélio Nogueira e Leando Konder. 2 ed. Petrópolis, RJ. Vozes, 2014.
– (vozes de bolso)